



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140809 - GO (2021/0001676-5)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : JOSÉ PAULINO DA SILVA FILHO (PRESO)
ADVOGADO : FLÁVIO MÁRCIO FERREIRA CAVALCANTE - TO002825
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JOSÉ PAULINO DA SILVA FILHO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (*Habeas Corpus* n. 5584086-32.2020.8.09.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente pela prática em tese do crime previsto no art. 121 do Código Penal.

Sustenta é portador de adenocarcinoma sólido na glândula salivar e que, por isso, está inserido no grupo de risco para a covid-19. Alega que dentro do sistema prisional não há condições mínimas de atendimento às suas necessidades prementes, razão por que, à luz das diretrizes estabelecidas pela Recomendação CNJ n. 62/2020, considera imprescindível a substituição da preventiva por medidas cautelares diversas da ou a sua inclusão em prisão domiciliar, como forma de preservar-lhe a vida e em observância ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Alega a inidoneidade dos motivos apresentados pelo Tribunal de origem para manter a segregação provisória. Argumenta que a sua liberdade não trará riscos para a ordem pública e que a gravidade abstrata do delito ou a presunção de periculosidade do agente não justificam a custódia cautelar.

Requer, liminarmente, a concessão de liberdade provisória, mediante imposição de medidas cautelares diversas da prisão, ou a conversão da preventiva em prisão domiciliar. No mérito, pede o provimento do recurso para que se confirme a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar no recurso em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre

de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a teratologia ou a flagrante ilegalidade do acórdão recorrido, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 413):

Ressalto que, em que pese o paciente pretender sua soltura diante da necessária adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – COVID-19, conforme Recomendação nº 62, de 17/03/2020 pelo CNJ, vale destacar que a referida recomendação, como o próprio nome diz, trata-se de uma mera orientação, sem força cogente, cuja aplicação depende da análise do condutor do feito.

Acrescente-se que simples risco de contágio pelo COVID-19 não constitui, por si só, motivo para automática revogação ou conversão em domiciliar da prisão, sendo necessária, para tanto, a análise das peculiaridades do pedido concreto.

No caso, segundo o documento acostado na movimentação 1, doc. 09, fl. 12, o paciente fez tratamento contra câncer de glândula salivar. Entretanto, todos os documentos que se referem à doença do paciente são datados de 2018 ou 2019, dentre eles, destaco o que se encontra na mov. 01, doc. 09, fls. 01/08, com o seguinte resultado: “Realizado varredura em região cervical anterior à direita e esquerda, visibilizado músculos, vasos e tecidos adjacentes, glândula tireoide. Não visibilizado nódulos ou coleções. Ecografia de aspecto habitual”.

Sobre os documentos com data de 2020, vejo os que se encontram na mov. 01, doc. 09, fls. 01/08, que se referem a pedidos de exames. Por fim, um relatório médico datado de 22.10.2020, com os seguintes dizeres: “O paciente José Paulino da Silva Filho acompanha no serviço de cabeça e pescoço por adenocarcinoma sólido glândula salivar T2N3M0 já submetido a cirurgia radical + quimioterapia + radioterapia. Em seguimento oncológico. Tem consulta agendada para novembro 2020”.

Ou seja, o paciente não trouxe aos autos documentos que atestem a sua atual condição de saúde, deixando de comprovar a efetiva necessidade de colocá-lo, neste momento, em prisão domiciliar.

Por fim, estando presentes motivos autorizadores da decretação da prisão preventiva e comprovada a necessidade da segregação, incabível a substituição pelas medidas cautelares (art. 319 do

CPP), não havendo gravame ou constrangimento ilegal a ser reparado pela via mandamental. (Original sem destaques)

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ademais, colhe-se do acórdão recorrido, ainda, que a prisão preventiva do recorrente encontra-se fundada na necessidade de preservar a ordem pública, haja vista a gravidade concreta da infração penal cometida, consubstanciada pelo *modus operandi* empregado na execução do homicídio de sua ex-companheira e pelo comportamento adotado posteriormente ao crime.

Assim, considerando que nesse aspecto o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente